



O PENSAMENTO DE FORMANDOS EM BIBLIOTECONOMIA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO CURSO EM SUA PREPARAÇÃO PARA ATUAÇÃO EM BIBLIOTECA PRISIONAL

Francisco das Chagas de Souza¹ e Maria Raimunda de Lira Cabral²

¹Departamento de Ciência da Informação - UFSC - Brasil

²Bacharel em Biblioteconomia - Sicoob Credisc - Florianópolis /SC - Brasil

RESUMO

Bibliotecas prisionais têm público vindo de camadas sociais diversas, necessitando de serviços bibliotecários apropriados. O bibliotecário que nelas trabalhará precisa conhecer sobre tecnologia social e realizar bons estágios. Diante disso, a escola de Biblioteconomia deve atentar para que seu egresso perceba que assimilou a preparação básica suficiente para ali atuar. A percepção desses egressos sobre sua preparação para atuar em biblioteca prisional é o objeto do estudo. A pesquisa teve como base teórica o interacionismo ou fenomenologia social, o figuracionismo e a Teoria das Representações Sociais. O estudo foi exploratório e qualitativo, e envolveu concluintes do Curso de Biblioteconomia da UFSC como entrevistados. Seus discursos foram tratados com o instrumental da Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). No discurso final os estudantes percebem defasagem no conteúdo formativo referente à biblioteca prisional.

Palavras-Chave: Ensino de Biblioteconomia; Formação de Bibliotecários; Curso de Biblioteconomia – Responsabilidade Social.

ABSTRACT

Prisons libraries have been public of various social strata, requiring appropriated services. The librarians, who work in them, require broader knowledge than technical and information technology. Need to know about social technology and is making good-Training. Given this, the library school should be aware that their graduates realize that assimilated preparing basic enough to work there. The perception of these graduates on their preparation for library work in prison is the object of study. In the research was adopted interactionism or social phenomenology theoretical base. The study was exploratory and qualitative, and involved graduates of the School of Librarianship UFSC as respondents. His speeches were treated with the instrumental technique of the Collective Subject Discourse (Discurso do Sujeito Coletivo - DSC). In the closing speech students perceive a gap in training content on the prison library.

Keywords: School of Librarianship; Training of Librarians, Librarianship Studies - Social Responsibility.

1 INTRODUÇÃO

A educação universitária no Brasil é realizada num ambiente em que predomina o propósito de capacitação de futuros egressos para ocuparem-se em um campo profissional. Esse campo é um todo que aponta para várias direções ou especialidades, como se observa nas famílias ocupacionais expressas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Geralmente, ele oferece oportunidades para os egressos, de modo que podem desde montar suas próprias clínicas ou escritórios de prestação de serviços ou até aceitar a completa vinculação a organizações privadas ou públicas, em que podem por em prática suas competências e habilidades como assalariados.

De outro lado, nem sempre está evidente que os contratadores pessoais ou as organizações têm clara noção dos serviços que os egressos que se formam para atuar em diferentes profissões lhes podem oferecer. Mas também há os casos em que os próprios egressos dos cursos universitários de graduação não sabem com toda a evidência, quais as diferentes demandas que a sociedade tem e que podem ser satisfeitas com os conhecimentos de que eles dispõem. Parte deste desconhecimento pode ter origem na escola universitária que provê sua formação, quando esta por razões a serem mais profundamente estudadas deixa de abordar o conhecimento aplicável a determinados setores da sociedade, que seriam usuários de serviços desses egressos. Em algumas circunstâncias isso pode vir do fato de que a escola tem docentes que estão com defasagem de conhecimento em relação às expectativas de seus alunos (CAMARGO, 2000, p.214); em outras, mesmo quando o “mercado” está potencial e legalmente aberto a escola não o aborda devidamente, mesmo quando previsível em seu projeto pedagógico. Parte disso pode se dar por desconhecimento pelos docentes da verdadeira natureza de dado setor na sociedade ou dos preconceitos e resistências que a sociedade formula ou sustenta em torno do próprio funcionamento desse setor ou da combinação desses dois fatores.

O trabalho que ora se expõe partiu de uma questão fundamental que põe em confronto a relação que há entre a área/campo de Ciência da Informação e o segmento social constituído por presidiários. Sabe-se que com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal Brasileira (BRASIL,

1990), presidiários fazem parte do ambiente social em que vivem todos os demais membros da sociedade. No Brasil, os presidiários têm origem em todas as camadas sociais e materialmente estão abrigados em espaço separado durante o cumprimento da pena, isto é, povoam as penitenciárias. Considerando seus direitos civis, seu desenvolvimento intelectual e seu equilíbrio mental, eles necessitam de serviços bibliotecários apropriados durante o tempo em que se encontram reclusos (LEHMANN, 1999; LEHMANN; LOCKE, 2005; SULE DUESA, 2001). Conforme uma lista de referências no final deste trabalho contendo descrição bibliográfica de “[...] alguns documentos, estudos e relatos sobre a prisão e bibliotecas prisionais” há muitas práticas em andamento, que poderiam ser objeto de discussão no curso de formação de bibliotecários.

As estatísticas sobre o ambiente penal brasileiro, conforme os documentos do Departamento Penitenciário Nacional referenciados no final deste trabalho, mostram, no entanto, um grande número de presidiários que têm baixa instrução escolar, em parte por serem originários das camadas econômicas e sociais mais carentes. Contudo, a legislação penal brasileira, sobretudo, a Lei de Execuções Penais (LEP) (Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984), que no seu Artigo 21 disciplina sobre as condições de cumprimento da pena, dispõe que os presídios devem contar com escolas e bibliotecas. É evidente que a Lei ao dispor sobre a existência desses equipamentos no ambiente prisional, não tem por si mesma o poder de dar vida a essa realidade. Mas se constitui num argumento fundamental para que o próprio estado assegure o ambiente e as condições para a contratação de profissionais que podem transformar esse texto legal em ações factuais. Porém, para que haja no profissional de Biblioteconomia a disposição para lutar pela ocupação desse ambiente de trabalho, ele deverá conhecer sobre as missões do bibliotecário na sociedade (CARVALHO, 2005; CUNHA, 2003; FIGUEIREDO; SOUZA, 2007; MILANESI, 2002), ser preparado, durante a sua formação, para reconhecer a natureza e a relevância de seu trabalho nesse espaço e, sobretudo, pela contribuição que ele pode oferecer para que o prisioneiro disponha a contento do atendimento a essa parte de seus direitos.

Uma pergunta que se faz de início é: como a escola de biblioteconomia se comporta em relação a esse tema? Sabe-se que esse usuário tanto pode ser tratado como incluso entre aquele declarado no Manifesto da IFLA/UNESCO sobre

Biblioteca Pública como também pode constar entre aquele declarado no Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Biblioteca Escolar ou mais especificamente mereceu a atenção da IFLA pela elaboração e difusão de Diretrizes de Serviços Bibliotecários para Prisioneiros (LEHMANN; LOCKE, 2005). Então, é decorrente do modo como a escola de biblioteconomia o aborda durante a formação do seu aluno, ou mesmo ao desconsiderá-lo como público a ser atendido por bibliotecário, que se estará ou não assegurando a conquista desse mercado pelo seu egresso. No caso de ele ser considerado como público do trabalho bibliotecário, além de ser visto como parte do mercado de trabalho estará sendo dada uma resposta adequada para um usuário que, vivendo uma situação especial, parece estar isolado de todas as demais demandas construídas para os serviços de informação em sua sociedade.

Uma noção que parece evidente, por si mesma, é que o bibliotecário para vir a trabalhar diretamente com esse público, necessita de uma formação ampla para poder atuar a serviço desses usuários. Futuros bibliotecários, que possam atuar no âmbito prisional, carecem de conhecimentos de alcance mais amplo que os de natureza técnica e de tecnologia de informação. Precisam dominar conteúdos de tecnologia social, provindo de fontes como psicologia, sociologia, história, dentre outros, ao estilo do que propunha Butler, em livro originalmente escrito em 1933, nos Estados Unidos da América; precisam também de boas práticas de estágio curricular, num ambiente de aprendizagem extraclasse que assegure boa complementação da teoria social. A própria LEP, os legisladores que a votaram e o ato de sua sanção, ao previrem a existência de biblioteca nas prisões, abriram uma porta valiosa para a escola de Biblioteconomia. Através disso, ela pode acrescentar algo ainda mais importante ao resultado de seu trabalho que é a capacitação de egressos cujas habilidades e competências ajudem a fortalecer intelectualmente os presidiários para um reingresso na sociedade com mais e melhores instrumentos de participação.

Este texto é resultante de estudo inicialmente realizado e orientado no âmbito de uma iniciação científica, consolidada como uma monografia de conclusão de Curso de bacharelado em Biblioteconomia na Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2010 (CABRAL). O objetivo geral pretendido foi: “[...] conhecer o que pensa o futuro bibliotecário sobre a possibilidade de atuar em biblioteca de sistema prisional”. Para isso, buscou-se: resgatar o pensamento do formando a

respeito da implementação de biblioteca nos cárceres brasileiros; identificar a postura e os interesses dos futuros bibliotecários, quanto à sua atuação em sistema prisional; levantar o que pensam os futuros profissionais, sobre a forma com que poderão contribuir para o redesenho de uma sociedade mais justa e igualitária através da leitura e do acesso ao conhecimento; e captar o pensamento do formando a respeito de como auxiliar a população carcerária para a reintegração social.

Durante a fase de coleta de dados, a estratégia empregada, que tinha como instrumento a entrevista, deixou uma última questão completamente aberta a fim de que os entrevistados falassem livremente, podendo acrescentar e sugerir mais alguma reflexão, além das respostas dadas às seis questões anteriores ou fazer algum comentário que considerassem pertinente. Foi precisamente dessas respostas livres a essa última questão que surgiu o objeto aqui apresentado, isto é, o pensamento de formandos em biblioteconomia sobre a contribuição do curso em sua preparação para atuação em biblioteca prisional.

Este estudo está inserido no conjunto das temáticas tratadas no âmbito do Grupo de Pesquisa Informação, tecnologia e sociedade. Este Grupo faz parte do Departamento de Ciência da Informação da UFSC e colabora na linha de pesquisa: Profissionais da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC e no Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na mesma Instituição. Em sua temática convergem os tópicos Educação e Ética profissional bibliotecária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A exposição de pensamento é ato que diz respeito à objetivação de um complexo estado de subjetivação que vai sendo formado no sujeito enquanto vive em sociedade. No caso do estudo realizado, do qual parte é aqui comunicada, esse sujeito foi constituído como um coletivo de estudantes de uma turma de última fase do Curso de Biblioteconomia da UFSC. Ele se defrontou com e assimilou ao longo de um período de quatro anos um discurso textual e experiencial de caráter formativo, orientado pedagógica e didaticamente, mas também carregado de valores, com origem no projeto pedagógico e nas individualidades docentes e

discentes. Nesse sentido, tal discurso é também um objeto representacional (MOSCOVICI, 2003), pois resulta da atribuição de sentido (WEBER, 2009) que esse estudante, nessa condição de estudante, é capaz de atribuir para a construção de um perfil profissional que disporá no futuro, ainda que em anos recentes pareça estar em crise a capacidade do homem moderno em atribuir sentido aos fenômenos de seu dia a dia (BERGER; LUCKMANN, 2004), espera-se que isso se dê.

O objeto representacional, ou em outros termos, a representação social que todo indivíduo é capaz de objetivar significa a expressão de uma leitura pessoal e não reificada de uma situação ou fenômeno. Quer dizer, que se trata de um discurso não especializado, um discurso de senso comum. No caso em estudo, quando o estudante expõe sua percepção quanto a uma determinada atuação da escola ou do professor, ele pode até ter o projeto pedagógico do curso como base para reflexão, mas não está, por exemplo, examinando os componentes científicos ou políticos desse projeto. Assim, sua fala traduz o como vê algo que está, como muitos outros aspectos, compondo o seu cotidiano. Essa visão ampla está relacionada às ações que cada indivíduo realiza com o propósito de viver sua vida. A sua vivência, ainda que carregada de algumas irracionalidades, exige algum rumo. O próprio dia a dia orienta o sujeito para a busca de sentido em relação aos seus projetos pessoais que o mantenham em interação, direta ou indiretamente, com todos os demais membros de sua sociedade. É nesta perspectiva que Weber conceitua a sociedade e, portanto, enxerga a realização das atividades que os indivíduos produzem como ações com sentido. Quando ele define a ação social, afirma que se trata de “[...] uma ação que, quanto ao seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso” (WEBER, 2009, v.1, p.3). Por essa ideia pode-se compreender que o hoje estudante vê o sentido das ações ligadas a esse papel como parte de um processo que lhe permitirá encontrar, no futuro, os usuários de seu serviço profissional; aqueles que usufruirão das habilidades e competências que ele hoje está formando como uma bagagem pessoal.

Nessa concepção, estão evidentes dois outros conceitos: o de interação imediata e futura e o exercício de papéis sociais que se refazem no tempo, no plano individual e que se desdobram no tempo, no plano social. Isso aponta para uma pesquisa que está também ancorada no quadro teórico designado como

interacionismo ou fenomenologia social ou, em última instância, como construcionismo social (BERGER; LUCKMANN, 2009). Também se pode afirmar que ela se beneficia de uma base que toma por interpretação a ideia de processo decorrente das relações do indivíduo na sociedade (ELIAS, 1994).

O interacionismo simbólico ou fenomenologia social parte da noção de que os sujeitos vivem diferentes etapas de socialização, dependem de habilidades de comunicação pós sinais, signos e símbolos e exercem papéis que os levam à continua ressignificação e desdobramento, pela legitimação e institucionalização.

De outro lado, as relações do indivíduo na sociedade, suas interações, com as vê Elias (1994), acentuam que não haveria o indivíduo como um ser completamente autônomo, pois a própria noção de autonomia individual é construída na relação do sujeito com os seus semelhantes humanos, exercendo funções complementares; o que existem são redes em que os indivíduos se têm fertilizado e simultaneamente fertilizam o pensamento uns dos outros, num processo de continua figuração, não havendo, rigorosamente, ideias que sejam melhores ou piores por si mesmas. Nessa circunstância os indivíduos serão sempre os nós de redes de interações, que se desenvolvem como processo e, portanto, fluem historicamente em permanente reconfiguração. Assim, tanto sob a perspectiva interacionista quanto sob a perspectiva figuracionista há uma dependência da sociedade e dos indivíduos dos processos de comunicação e da representação que se pode formular sobre os acontecimentos que continuamente levam à construção da realidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, trata-se este de um trabalho de caráter exploratório quanto ao objetivo, indutivo quando ao tipo de raciocínio analítico e de abordagem qualitativa quando ao tratamento do material coletado (CHIZZOTTI, 2003; MINAYO, 1994). Em sua execução, contou com o envolvimento de concluintes do Curso de Biblioteconomia da UFSC como informantes. Foram realizadas entrevistas, posteriormente tratadas com os instrumentos da técnica de análise de discurso conhecida como Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003). Nesse sentido, guarda completa coerência com o trabalho do qual se origina.

O primeiro aspecto a ressaltar, referente aos procedimentos empregados, tem relação com o ambiente da pesquisa, isto é, com o Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UFSC. Esse Curso foi criado em 1973. Em 2005, ele passou a adotar a quarta grade curricular de sua história. Os participantes entrevistados foram alunos concluintes do período 2010-2, tendo ingressado no curso já nesse currículo “novo”. O projeto pedagógico em desenvolvimento no período da pesquisa expõe como missão e objetivo geral do Curso o seguinte:

Missão: *Capacitar profissionais capazes de refletir sobre a realidade e reconstruir o conhecimento com vistas o progresso humano, tendo como referência as competências fundamentais da Biblioteconomia.*

Objetivo Geral: *Formar Bibliotecários com uma visão crítica da sociedade, capazes de atuar como profissionais da informação imbuídos do compromisso com a gestão da informação e sua disseminação e com consciência do seu papel social na eliminação de barreiras de acesso à informação seja de natureza política, tecnológica, econômica, educacional, social, cultural e recreativa.*

Por sua missão e objetivo geral, pode-se entender que faz parte do horizonte do projeto pedagógico do Curso capacitar bibliotecários também em condições de ingressar e atuar em bibliotecas prisionais.

O segundo aspecto a destacar diz respeito aos participantes. Eles foram selecionados tendo como critérios o seguinte: a – Faziam parte do grupo de alunos formandos em 2010-2; b – Tinham realizado ou estavam realizando, no momento da entrevista, estágio em atividades biblioteconômicas em estabelecimento penal, ou biblioteca pública ou biblioteca escolar; c - Tinham interesse em participar do estudo. Uma ideia valorizada nesses critérios tinha relação com o ambiente bibliotecário (prisional, público ou escolar) em que o estudante realizava seu estágio curricular, em coerência com a tipologia bibliotecária cuja natureza e finalidade melhor correspondiam àquelas de estabelecimentos penais. A aplicação desses critérios resultou no envolvimento de dez alunos.

O terceiro aspecto tem relação com a modalidade e o instrumento de coleta de dados, que foi a entrevista. A escolha da entrevista estava diretamente relacionada à fundamentação teórica empregada, especialmente quando se considera que se buscava a reflexão sobre uma potencial ação social de natureza profissional futura. Nisso, estava embutida a noção weberiana de atribuição de sentido, o que no processo de coleta de dados é suficiente para orientar a obtenção

dos mesmos pela provocação aos informantes a pensar a resposta, ir formulando em sua mente e objetivando-a como discurso verbal. As entrevistas foram gravadas e para isso foram utilizados: gravador de telefone celular e aparelho MP3, por garantia, para que não houvesse eventual perda de dados. Precedendo cada entrevista os entrevistados tomaram conhecimento e confirmaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pelo qual deram permissão para a coleta de seus discursos. As questões a eles apresentadas foram as seguintes: a) Diga qual a sua posição, como futura(o) bibliotecária(o), sobre a instalação de bibliotecas nos estabelecimentos do sistema prisional brasileiro; b) Fale sobre o que você pensa a respeito das bibliotecas prisionais como um possível ambiente de trabalho; c) Discorra sobre quais fatores lhe motivariam a buscar um cargo de bibliotecário(a) num estabelecimento do sistema prisional brasileiro; d) Considerando que o Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas estimula os bibliotecários desse tipo de biblioteca a atender às pessoas reclusas, que tipos de atividades você acredita que devem ser realizadas por bibliotecários para fazer a inclusão informacional dessa parte da população? e) Considerando que a legislação brasileira define o recluso como reeducando, e prevê a existência em estabelecimentos penais tanto de escola como de biblioteca, o que você pensa sobre a contribuição que pode ser dada por profissional bibliotecário que atue nessas bibliotecas prisionais para benefício dos reeducados e da sociedade? f) Como profissional da informação, que contribuição você pode dar para fortalecer a ressocialização dos reclusos? e g) Você gostaria de acrescentar, sugerir mais alguma coisa sobre o que conversamos? Talvez gostaria de fazer algum comentário que considera pertinente?

O quarto aspecto refere-se ao procedimento de análise e tratamento dos dados. Para a execução desse procedimento foi empregada a Técnica do Discurso de Sujeito Coletivo (LEFEVRE; LEFEVRE, 2003). Por essa técnica, se adota o IAD – Instrumento de Análise do Discurso, constituído de campo para a transferência das partes essenciais do discurso obtido. De cada resposta que o entrevistado forneceu para cada questão extraem-se as partes da resposta que mais objetivamente respondem à pergunta e coloca-se no campo Expressão-Chave; após a extração dessas passa-se ao levantamento de termos ou expressões que melhor sintetizam a resposta fornecida, e como um termo-chave, registra-se no campo Idéia-Central.

Operacionalmente, se adotou uma etapa intermediária de elaboração do Discurso Coletivo de cada questão, ou seja, que discurso, em primeira pessoa, representava o discurso integrado dos dez respondentes. Depois dessa etapa, foi elaborado o Discurso Coletivo Global, para representar o discurso exposto para todas as questões por todos os respondentes. Para este trabalho, o Discurso do Sujeito Coletivo que vem a seguir, foi o apresentado como resposta à questão sete.

4 RESULTADOS

O Discurso Coletivo que consolida o resultado desta pesquisa, como já descrito, tem uma especificidade e relevância expressivas, na medida em que foi produzido sem que para ele fosse formulada uma questão particular. Pode-se dizer que brotou do conjunto das reflexões, de forma espontânea na sequência das respostas fornecidas às questões anteriores. Nele, está exposta uma avaliação que os entrevistados fizeram do Curso de Biblioteconomia da UFSC, quanto à preparação que oferece aos seus egressos com vistas a atuar em Bibliotecas prisionais e, nesse sentido, é muito significativo.

[...] a questão das bibliotecas prisionais é um aspecto importante, porque é um lado da questão bibliotecária no Brasil que ainda é carente e ainda não foi muito investido. E também sabemos a carência nas bibliotecas públicas e escolares, por exemplo. Mas isso já está mudando e biblioteca prisional, não. Ainda há muito estabelecimento que ainda não tem biblioteca, não tem bibliotecário, não tem ainda muito trabalho voltado exatamente para essa área [...] não é abordada muito no meio acadêmico de Biblioteconomia [...] não houve muita discussão no meio acadêmico sobre esse tema [...] é uma área da Biblioteconomia que a gente acaba conhecendo, talvez, fora, por interesse em pesquisar, mas que ainda não é muito abordada na academia. [...] devia ser mais discutido no meio acadêmico, para preparar o futuro bibliotecário para certa situação para uma atuação eficiente nessa área. A única coisa que me ocorre agora é que dentro do curso a gente não estudou. Eu pelo menos, não me lembro ter ouvido [...] sobre esse tipo de biblioteca, só, por exemplo, na disciplina de Biblioterapia que a professora falou, e também na do Estudo do Usuário, e nessa disciplina ficou bem nítido que a maioria da turma tem preconceito bem forte com essa população. É como se esta população carcerária não fosse merecedora de uma biblioteca. Só aí que ouvi falar [...]. Na disciplina de Biblioterapia a gente teve a vontade de fazer um trabalho final no presídio, mas aí como a gente não tinha nenhum preparo psicológico [...] fomos até lá, mas aí a atendente meio que nos assustou [...] disse que a gente não tava preparado, que é uma população

carcerária [...]. A faculdade não estimula [...] a única pessoa que eu ouvi falar nisso [foi na disciplina Estudo de Usuário] fez uma grande discussão na sala. Porque as pessoas quando falam na biblioteca prisional ficam assim [...] Eu acho que a gente não sai da faculdade preparado pra isso, que tenha um interesse de pensar em uma vaga dessas, para sair atrás de uma vaga assim. Eu acho que não temos a visão [...]. Eu não me sinto preparada. Acho que poderia ser um tema mais discutido [...] porque até que ponto o bibliotecário pode beneficiar através de sua profissão a sociedade [...] acho que deveria ter mais estudos sobre o assunto, mais relatos nessa área de bibliotecários que tenham trabalhado. Eu como formando saindo agora, eu não tenho conhecimento como é o trabalho de bibliotecário no presídio [...]. Não se vê trabalho sobre isso, não se ouve falar sobre bibliotecas dentro do presídio [...].

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No discurso coletivo final, os estudantes entrevistados evidenciaram a percepção de quase ausência do tratamento de temas referentes à biblioteca prisional ao longo do Curso, nas fases por eles frequentadas. Destacaram que a “faculdade” não inseriu tal temática como parte significativa de sua grade curricular. Essa ausência de tratamento objetivo nesse tempo de formação lhes pareceu trazer eventual prejuízo futuro. Reconheceram que há a necessidade da abordagem dessa temática durante a formação acadêmica no bacharelado em Biblioteconomia.

Entretanto, não deixaram de assinalar que em sua turma aspectos da temática foram tratados pontualmente, destacando terem ouvido sobre bibliotecas prisionais em duas disciplinas: Biblioterapia e Estudos de Usuários. E que essas disciplinas os mobilizaram de alguma maneira. Através da disciplina Biblioterapia chegaram a procurar um estabelecimento prisional visando ao desenvolvimento de um trabalho, mas não obtiveram êxito para ter acesso ao ambiente; na disciplina Estudos de Usuários constataram a dificuldade de tratamento do tema. No primeiro caso, da disciplina Biblioterapia, o próprio pessoal de contato oficial do presídio serviu como fonte de desestímulo à intenção desses alunos e no segundo caso, da disciplina Estudos de Usuários, a discussão promovida demonstrou que na própria turma houve a manifestação de forte preconceito quando ao presidiário.

Uma apreciação superficial desse discurso pode resgatar que ele expõe terem esses alunos a percepção de três fontes de preconceito social contra presidiários. O primeiro provém do pessoal que cuida dos presos. O segundo vem

dos próprios estudantes do Curso de Biblioteconomia e o terceiro está subliminar ao ensino; portanto parte significativa da rejeição ao atendimento de serviços bibliotecários para presidiários estaria enraizada na própria escola, isto é, na faculdade.

A “faculdade”, com seus docentes e discentes são membros de uma sociedade mais ampla. Eles estão no espaço que constitui o ambiente de formação para a profissão de bibliotecário, envolvidos com ensino e aprendizagem mobilizados por um Projeto Pedagógico que é “desenhado” e ministrado por docentes.

O que a sociedade pode desejar de um Projeto Pedagógico, é que ele contenha objetivos cuja amplitude permita a preparação de egressos que possam atender às várias demandas que essa sociedade possa apresentar. E se esta preparação estiver sendo obtida em uma instituição universitária pública, essa expectativa será maior, na medida em que sua fonte de financiamento depende dos tributos arrecadados de toda a sociedade. Quando de sua elaboração e tramitação institucional esse Projeto deve sofrer uma consciente produção e análise de modo a não dar muita margem a que, quando vier a ser executado em sala de aula e nos campos de estágio, não deixe que temas essenciais fiquem sem abordagem. Em particular não poderiam deixar de ser tratados temas que constituem, além de necessidade regional/local, de onde o Curso está estabelecido, um consenso internacional do campo profissional, sobretudo se diz respeito a direitos humanos. Em particular quando tais temas dizem respeito a grupos sociais que são estigmatizados e sofrem preconceitos, maior deve ser o cuidado com a temática e sua inserção no Projeto Pedagógico exigirá mais eficácia da gestão pedagógica e da conduta didática da equipe docente do Curso. Não cuidar disso, nessas dimensões, é de certa forma colaborar para o reforço de preconceitos nos alunos e dar aos docentes a liberdade para reforçar tais preconceitos.

De acordo com o DSC, interpretando-o, pode-se perceber que o Curso de Biblioteconomia da UFSC, ao menos diante do olhar desses entrevistados, contribuiu de forma muito limitada em sua preparação para que pudessem se sentir capazes de buscar uma oportunidade de trabalho e mesmo em saber o que fazer profissionalmente ao iniciar uma carreira como bibliotecário prisional.

De outro lado, percebe-se que os entrevistados referem-se a duas disciplinas que no Curso de Biblioteconomia da UFSC, no período em que o frequentaram, abordaram a questão de algum modo. Dessas duas disciplinas, quando se verifica a grade curricular, constata-se que uma é obrigatória (Estudos de Usuários) a outra (Biblioterapia) é optativa e que disciplinas optativas, por sua própria condição não têm oferta regular. Isso indica que num conjunto de 32 disciplinas obrigatórias, somente em uma delas, os estudantes do Curso teriam a oportunidade de ouvir algo sobre biblioteca prisional. Ora, isso é muito pouco.

A despeito dessa realidade, é no ambiente em que ocorre esse distanciamento da “faculdade” para com a temática que em um estudo de Trabalho de Conclusão de Curso o tema pode ser estudado. Mas é um estudo numa perspectiva crítica, que embora constatando o problema não aponta senão para a necessidade da escola criar soluções, seja pela oferta de disciplina específica, seja pela inserção da temática como objeto de mais disciplinas. No caso dos egressos, fica evidenciado que carregam uma lacuna de formação a ser resolvida com a educação continuada. Assim, temos um discurso cuja apreciação está, pontualmente, sob a perspectiva da fenomenologia social, ressaltando processos de comunicação, papéis, entendimento ou subjetivação e objetivação do assunto.

De outro ponto de vista, considerando que parte da fundamentação teórica deste estudo vem da Teoria das Representações Sociais, a apreciação do DSC obtido, não estaria completa se não fossem buscadas, nesta interpretação, a ancoragem da situação encontrada, isto é, do preconceito social interferindo na condução dos conteúdos do Curso, especialmente quando se trata de certos grupos sociais, como o dos presidiários.

Pode-se afirmar que nesse caso, embora os entrevistados não o tenham afirmado diretamente, no seu DSC percebe-se que há um pano de fundo, do qual emanam representações sociais, das quais eles são porta vozes. E essas representações sociais, certamente fluem a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia da UFSC, como parte dos valores que o constituem ou como uma ordem discursiva que reforça os valores que os estudantes portam. Quatro dessas representações, mais evidentes, são as seguintes:

- 1 - O preso está identificado como a encarnação da PERICULOSIDADE CONTUMAZ. Essa representação tem causas históricas e podem estar

levando os executores do Projeto Pedagógico (professores e alunos) a excluir ou reduzir a presença do tema no discurso formativo. Situada no estado de Santa Catarina, uma explicação com razoável peso está no livro de (CAMPOS, 2008).

- 2 - O preso está identificado com a não recuperação, carregando a representação da PERDIÇÃO. Tal representação tem razões morais e reforçam os preconceitos tanto naqueles que estão na escola (professores e alunos) quanto nos agentes prisionais; esses últimos são remunerados pela missão de ressocializar os prisioneiros, de modo que seu retorno à sociedade, após o cumprimento da pena seja benéfico para eles e para essa, mesmo assim não asseguram exatamente esse tipo de resposta. Se for considerada como uma temática de alcance mais universal, uma fonte que auxilia na compreensão dessa circunstância é o livro de WACQUANT (2008).
- 3 - O preso ao estar identificado moralmente como perdido, ele também estará perdido para a racionalidade econômica dentro do circuito “legal”, isto é, da sociedade normal. Dessa forma carrega uma original INCAPACIDADE DE CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO IMEDIATO DA SOCIEDADE. Por essa representação, ele seria inadaptável aos interesses econômicos ou de políticas públicas produtivas, sobretudo de visão industrialista que nas últimas décadas têm orientando a formação do bibliotecário para a Informação Científica e Tecnológica – ICT. Sendo a leitura para o presidiário tomada como de lazer e majoritariamente de formação escolar no nível fundamental, seria de pouco interesse fomentá-la. Nesse caso, novamente, poder-se-á ter uma compreensão dessa questão com a leitura do livro de WACQUANT (2008).
- 4 - Por ser perigoso; por estar perdido; por ser incapaz de contribuir para o desenvolvimento econômico imediato de sua sociedade, segundo as representações sociais latentes, o presidiário é também objeto de representação social motivada por valores religiosos. Essa representação traduz-se como SALVAÇÃO PELO SOFRIMENTO. Por essa representação, pretende-se afirmar que prisioneiros devem sofrer a maior severidade possível no cumprimento de suas penas; para isso, devem ser

privados de “privilégios” e que leitura de lazer e de formação tem esse caráter; num estágio inicial devem retomar leituras bíblicas e espionar o mal causado, purgando uma etapa de sofrimento. Com o propósito de ter contato com a própria percepção dos presidiários, pode-se ler o relatório de investigação científica de JOHN, apresentado como dissertação de mestrado em Educação na UFSC.

Por fim, pode-se afirmar que parte das dificuldades no tratamento desta temática se inscreve na sociedade e, em específico, somente uma prática de ensino humanizada e humanizadora no Curso de Biblioteconomia, traria esse tema para o devido rumo, isto é, de um tratamento socialmente responsável e de alteridade ética.

REFERÊNCIAS

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 30.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Blog de la Red Girasoles**: experiencia bibliotecas en cárceles. Disponível em: <<http://bibliotecasabiertas.wordpress.com/page/2/>>. Acesso em: 02 maio 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira)

BRASIL. Lei Federal nº 7.210, de 11.7.1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Brasília, 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm>. Acesso em: 15 mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema Prisional**: dados consolidados. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/depen>>. Acesso em: 02 maio 2011.

BRASIL. **Relatório da situação atual do Sistema Penitenciário**: bibliotecas. Brasília, 2008a. 28 p. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/depen/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={09DF3419-3E54-4906-91E8-F445CAA120B9}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}](http://portal.mj.gov.br/depen/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={09DF3419-3E54-4906-91E8-F445CAA120B9}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}>)>. Acesso em: 02 maio 2011.

BRASIL. **Relatório da situação atual do Sistema Penitenciário**: educação e profissionalização. Brasília, 2008 b. 96 p. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={B219BAF0-2EDE-4C5B-892F-DF6F1E6DF1A8}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}](http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={B219BAF0-2EDE-4C5B-892F-DF6F1E6DF1A8}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}>)>. Acesso em: 02 maio 2011.

BUTLER, P. **Introducción a la biblioteconomia**. México: Pax-México; Librería Carlos Césarman, 1971.

CABRAL, M. R. L. **Atuação do bibliotecário nas bibliotecas prisionais**: o que pensam os formandos em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC sobre esse campo de trabalho. Florianópolis: UFSC, 2010. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Graduação em Biblioteconomia – UFSC.

CAMARGO, D. M. P. de. Conhecimento escolar: o mito da fronteira entre a ciência e a cultura. In: VEIGA, I. P. A.; CASTANHO, M. E. L. M. (Org.). **Pedagogia universitária**: a aula em foco. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p.213-30

CAMPOS, C. M. **Santa Catarina, 1930**: da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

CARVALHO, E. M. R. Sociedade da informação: novo paradigma para as bibliotecas. **Boletim CRB-7**, Rio de Janeiro, v.30, n.2, p.2, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://crb7.org.br/PDF/Boletins/200506.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2010.

CHACÓN ALVARADO, L. Acceso a la información para los prisioneros. **Revista Bibliotecas**, Heredia, Costa Rica, v.11, n.1, p.1-4, 1993. Disponível em: <http://www.una.ac.cr/bibliotecologia/index.php?option=com_remository&Itemid=28&func=startdown&id=267>. Acesso em: 02 maio 2011.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafio. **Revista Portuguesa de Educação**, v.16, n.002, p.221-236, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/374/37416210.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2011.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES. **Profissionais da informação**. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaParticipantes.jsf>>. Acesso em: 02 maio 2011.

CUNHA, M. V. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 8, n. 15, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/147/14701504.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2011.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 02 maio 2011.

EDUCACIÓN en Prisiones en Latinoamérica: derechos, libertad y ciudadanía. Brasília: UNESCO, 2008. 195p.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

EIRAS, B. D. **Uma janela para o mundo**: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional. 2007. Disponível em: <<http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM59.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

FIGUEIREDO, M. A. C.; SOUZA, R. R. Aspectos profissionais do bibliotecário. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v.12, n.24, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/419>>. Acesso em: 02 maio 2011.

FIORAVANTE, R. **A Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis na percepção do leitor recluso do Regime Fechado**. Florianópolis: UFSC, 2008. 47f. Relatório (Estágio Supervisionado em Biblioteconomia) – Curso de Graduação em Biblioteconomia - Centro de Ciências da Educação - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

GARCIA-PEREZ, M. S. Um acercamiento a las bibliotecas de los centros penitenciários. **Boletim de la Asociación de Andalucía de Bibliotecarios**, n.62, p.79-89, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.aab.es/pdfs/baab62/62a5.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2011.

JOHN, V. M. **Palavra da Salvação**: as representações da leitura na prisão. Florianópolis: UFSC, 2004. 193f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Centro de Ciências da Educação - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: Ed. UCS, 2003.

6 LEHMANN, V. Se necesitan bibliotecarios de prisiones: una profesión estimulante para personas con las destrezas personales y profesionales adecuadas. In: IFLA COUNCIL AND GENERAL CONFERENCE, 65., 20-28 August. **Conference Proceedings...** Bangkok (Thailand), 1999.

LEHMANN, V.; LOCKE, J. **Guidelines for library services to prisoners**. 3.ed. The Hague, IFLA, 2005. 24p. (IFLA Professional Reports, 92). Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s9/nd1/iflapr-92.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2011.

MAGNABOSCO, D. Sistema penitenciário brasileiro: aspectos sociológicos. **Jus Navigandi**, Teresina, v.3, n.27, dez. 1998. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1010>>. Acesso em: 11 mar. 2010.

MANIFESTO IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. Tradução de Neusa Dias Macedo. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2011.

MANIFESTO IFLA/UNESCO sobre as bibliotecas públicas. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 02 maio 2011.

MILANESI, L. A formação do informador. **Informação&Informação**, Londrina, v.7, n.1, p.7-40, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1694/1445>>. Acesso em: 02 maio 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80p.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, D. C. de. O mediador de leitura na Penitenciária Estadual de Maringá. **Acta Scientiarum**: Human and Sciences, Maringá (PR), v.26, n.1, p.109-116, 2004.

PÉREZ- PULIDO, M. Acerca de las bibliotecas de prisiones y sus servicios. **Educación y Biblioteca**, v.9, n.85, p.40-44, 1997. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3056980>>. Acesso em: 02 maio 2011.

PÉREZ- PULIDO, M. Prácticas de lectura en prisión: estudio de actitudes y comportamiento de los reclusos en el centro penitenciario de Badajoz. **Anales de Documentación**, n.4, 2001. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2301/2291>>. Acesso em: 02 maio 2011.

PRESOS de Catanduva recebem livros de projetos Arcas das Letras. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/noticias/2007janeiro/RLS300107depen.htm>>. Acesso em: 02 maio 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça da Segurança. **Nenhum presídio sem biblioteca**. Charqueadas, 2002. Disponível em: <http://www.ssp.rs.gov.br/portal/principal.php?action=imp_noticias&cod_noticia=1177>. Acesso em: 02 maio 2011.

ROMAN, A. Redes y ventanas: tecnologías de la información como factor reinsertivo de los penales argentinos. In: JORNADA: BIBLIOTECAS Y TECNOLOGIAS DE LA INFORMACIÓN EN ESTABLECIMIENTOS PENITENCIARIOS. Programa Universitario en la Cárcel. Facultad de Filosofía y Humanidades. Universidad Nacional de Córdoba. Diciembre

2005. Disponível em: <<http://www.biblioteca.jus.gov.ar/Roman3.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2011.

SULÉ DUESA, A. Directrius de biblioteques de presons: un estudi comparatiu. **BID: Textos universitaris de Biblioteconomia i Documentació**, n.7, des. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/biblio/bid/07sule.htm>>. Acesso em: 02 maio 2011.

TRINDADE, L. L. **Biblioterapia e as bibliotecas de sistemas prisionais**: conceitos, objetivos e atribuições. Brasília, UnB, 2009. 118f. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Graduação em Biblioteconomia - Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Ciência da Informação - Universidade de Brasília (UnB).

UFSC. **Curso de Graduação em Biblioteconomia**. Disponível em: <http://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/projeto_pedagogico2008.doc>. Acesso em: 02 maio 2011.

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2009. v.1